## **LEI 244, DE 20 DE ABRIL DE 2007.**

Acrescenta e dá nova redação a dispositivos da Lei Municipal nº 130, de 14 de setembro de 2001.

- O PREFEITO MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE-MG; Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
- Art. 1°. O art. 1° da Lei Municipal n° 130, de 14 de Setembro de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte Parágrafo único:

" Ant	10								
$\Delta vt$	<i>1</i> ~								
/ I / L.	1	 							

Parágrafo único: Entende-se como temporária e de excepcional interesse público a necessidade de pessoal decorrente de contingência de natureza eventual, vedada a contratação por prazo determinado para o exercício de funções de natureza permanente." (NR)

- Art. 2°. O art. 4° e seus parágrafos da Lei Municipal n° 130, de 14 de Setembro de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:
- "Art. 4° As contratações serão feitas por tempo determinado e serão observados os seguintes prazos máximos:
- I- seis meses, nos casos previstos no inciso VII do Art.  $2^{o}$ , quando se tratar de substituição de profissionais da área do magistério e da área de saúde;
  - *II* quatro meses, nos demais casos.
- III no caso do inciso I do caput do art. 2°, pelo prazo necessário à superação da situação de calamidade pública, desde que não exceda 6 meses.
- § 1°. É admitida uma única prorrogação contratual por igual período, vedada a recontratação da mesma pessoa sob os mesmos fundamentos.
- $\S$  2°- O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito à ampla divulgação,, exceto quando para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública.
- § 3° A contratação de professor substituto a que se refere o inciso VII do Art. 2°, far-se-á exclusivamente para suprir a falta de docente do quadro do magistério,

decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para capacitação e afastamento ou licença de concessão obrigatória.

- § 4° O prazo de duração dos contratos não poderá exceder ao final do mandato do titular do Poder Executivo". (NR)
- Art. 3°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de janeiro de 2007.

Cabeceira Grande-MG, 20 de Abril de 2007.

ANTÔNIO NAZARÉ SANTANA MELO Prefeito Municipal